



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Museus de Campina Grande: o Papel de Construção da Memória Histórica e a Educação Patrimonial

ANNA LUIZA MELO LUCENA

Campina Grande
2024

Museus de Campina Grande: o Papel de Construção da Memória Histórica e a Educação Patrimonial

ANNA LUIZA MELO LUCENA

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Eduardo Roberto Jordão Knack

Campina Grande
2024

AGRADECIMENTOS:

Este trabalho é fruto de muitas mãos e corações, e a eles dedico minha mais sincera gratidão. Ao meu orientador, Eduardo Knack, que, com paciência e sabedoria, guiou-me pelos caminhos da pesquisa, assim como me deu apoio constante. Agradeço de coração aos meus familiares maternos e aos meus amigos de vida, que com suas palavras de encorajamento e companheirismo, tornaram essa jornada mais leve e significativa. Ao meu companheiro, Gabriel, que jamais descreditou e me deu base para continuar e chegar até aqui. E, finalmente, aos professores e colegas da UFCG, por todo o aprendizado compartilhado, pelas discussões que expandiram minha visão como estudante e como ser humano, vocês foram parte essencial dessa caminhada. Devo esta pesquisa não somente a quem me deu apoio, mas também a quem me desencorajou, pois estes me fizeram ter ainda mais impulso para continuar. A todos, meu mais profundo agradecimento.

RESUMO (Português):

Este trabalho, intitulado "Museus de Campina Grande: o Papel de Construção da Memória Histórica e a Educação Patrimonial", investiga a contribuição do Museu do Algodão e do Museu Histórico de Campina Grande na construção e preservação da memória histórica local, assim como sua influência na esfera da educação patrimonial. O estudo enfoca o patrimônio cultural como um recurso essencial para a compreensão das referências culturais em suas diversas manifestações, promovendo seu reconhecimento, valorização e conservação, principalmente após atividades acadêmicas desenvolvidas com a bolsa PET e com as novas disciplinas do currículo do curso de História da UFCG. No contexto da História, a análise crítica da memória e do patrimônio é fundamental, portanto, este trabalho, além de fazer parte do escopo de uma graduação em História, ressalta a importância dos museus como espaços educativos para jovens e adultos, desempenhando um papel crucial na extensão da educação patrimonial. A metodologia utilizada combina a análise de documentos museológicos, pesquisas e observações diretas nos museus da cidade, permitindo uma avaliação das práticas curativas e expositivas dessas instituições. A relevância deste estudo se justifica pela necessidade urgente de compreender como essas instituições moldam a narrativa historiográfica da cidade, influenciando significativamente a formação da identidade cultural da comunidade campinense. Os resultados revelam lacunas importantes na inclusão de certas perspectivas históricas e educacionais, destacando a necessidade de práticas mais inclusivas e reflexivas. Além disso, o estudo sublinha que os processos educativos devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, envolvendo ativamente as comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde diferentes noções de patrimônio coexistem. Em última análise, busca-se compreender a aplicação dessas práticas no contexto local, repensando a construção da história promovida pelos museus de Campina Grande como essencial para o fortalecimento da identidade cultural da cidade e para a promoção de uma memória coletiva que contemple de forma mais justa a diversidade de sua história.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural; Memória histórica; Museus; Educação patrimonial; Identidade cultural.

INTRODUÇÃO

A relação entre memória, patrimônio e a construção de narrativas históricas é um campo de estudo de grande relevância, especialmente em sociedades que buscam compreender e valorizar suas múltiplas identidades culturais. Após os estudos nas cadeiras de Educação Patrimonial e a de Laboratório de Arquivos e Fontes do curso de História da UFCG, somados às experiências vivenciadas com a bolsa PET e a extensão no Quilombo do Grilo (PB) e a criação e desenvolvimento do projeto da Casa de Memória Dona Dôra, houve a inspiração para a criação do trabalho que leva a refletir sobre a relação entre a representatividade e o ensino.

Ao considerar que o patrimônio cultural transcende o aspecto material e se insere no campo simbólico e educativo, este trabalho parte da premissa de que os museus desempenham um papel central na formação de cidadãos conscientes de seu passado. No entanto, a construção dessa memória não é neutra; ela envolve escolhas sobre o que será lembrado ou esquecido. A educação patrimonial, nesse contexto, surge como uma ferramenta poderosa não apenas para a valorização do patrimônio, mas também para a promoção de uma reflexão crítica sobre as narrativas que são perpetuadas. Assim, este estudo visa investigar como os processos educativos desses museus influenciam a maneira como jovens e adultos compreendem o patrimônio e se relacionam com ele, bem como as implicações disso na formação de uma identidade cultural local. Em consoante com Chagas (Chagas, 1996, 136 p.) em seu texto sobre memória política e política de memória:

Ao assentar a lupa sobre o tecido resultante da costura entre memória e poder, o pesquisador coloca-se em condições de compreender a teia de forças que lhe confere sentido. Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade a ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, incluir ou excluir os fragmentos no campo do memorável

Dito isso, a educação patrimonial, quando bem vivenciada, tem o potencial de transformar os museus em espaços de construção coletiva de conhecimento, onde diferentes memórias e referências culturais possam coexistir e ser valorizadas. Nesse sentido, procura-se evidenciar os princípios de ações educacionais problematizadoras, abarcando no setor de identidade cultural e patrimônio, seus condicionantes históricos e suas possibilidades de interpretações, que favoreçam o exercício do questionamento, que estimule a preservação e que reformule os valores e significados a eles atribuídos. Tais implicações na criação de uma memória histórica

definem o rumo do entendimento e da formação das características particulares de uma localidade e de quem a habita, assim como a criação da narrativa histórica de Campina Grande.

Para compreender a memória de forma mais ampla, é fundamental trazê-la para o campo do conhecimento histórico, onde suas mensagens simbólicas podem ser decodificadas e analisadas com maior profundidade a partir da atuação na investigação, na preservação e na comunicação destes. A memória carrega consigo uma série de informações de aprendizagem, tanto intrínsecas (no que se refere às experiências na vida pessoal, que carrega e forma sentimentos, concepções e valores; ligada ao indivíduo) quanto extrínsecas (relacionados à vida coletiva, fruto do conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e históricos), que estão combinados como agentes e ações, decorrentes de escolhas coletivas e decisões individuais que precisam ser identificadas para revelar suas camadas mais complexas.

Sugerindo que a sociedade por meio de suas normas e valores, molda a maneira como os indivíduos se lembram e como constroem o passado, Durkheim trata a memória social como a maneira a qual a sociedade preserva e transmite experiências e conhecimentos ao longo do tempo, enquanto a memória coletiva vai além da mera soma das memórias individuais, sendo uma força que reforça a **coesão social**. Durkheim acreditava que essa memória coletiva era fundamental para a manutenção da solidariedade social, pois ela ajuda a perpetuar um senso de identidade comum e de continuidade entre gerações. (Durkheim, 2007).

Posteriormente, a categoria de **memória social** foi aprofundada por Halbwachs, que a define como um processo de reconstrução do passado vivido e experimentado por um grupo social específico. Ele distingue essa memória da memória histórica, que busca produzir imagens unitárias do processo histórico. Diferente da memória coletiva, a memória histórica procura "respostas" para o presente no passado. Uma das características marcantes da história é a descontinuidade, onde cada evento é "separado do que o precede ou o segue por um intervalo, em que se pode até acreditar que nada aconteceu" (Halbwachs, 2013). Halbwachs também discute a relação entre memória e espaço. Para ele, quando um grupo social se encontra em um espaço, começa a moldá-lo de acordo com suas concepções e valores, ao mesmo tempo que se adapta à materialidade do lugar, que resiste à sua "influência". Como afirma o autor, "cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade" (Halbwachs, 2013).

Ou seja, essas informações que chamei de “intrínsecas” e “extrínsecas” estão relacionadas não apenas ao ato de lembrar, a memória em si está intimamente ligada ao processo de aprendizagem, sendo um reflexo de funções e experiências adquiridas ao longo do tempo, seja qual for a forma de inteligência ou consciência que se considere, a memória serve como um alicerce essencial para a construção e compreensão das ações e decisões humanas. Dessa forma, a relação memória/esquecimento não pode ser vista apenas como uma propriedade da inteligência individual, ela é, na verdade, a base sobre a qual se constroem as conexões entre os atos e acontecimentos, e sobre a qual se inscrevem as experiências vividas, permitindo que as relações entre passado, presente e futuro sejam tecidas. A história reconfigura os fatos após botar em pesquisa discursos e imagens, mediados sobre a ação objetiva e subjetiva de representar uma determinada temporalidade. Então ao retratar uma construção histórica o indivíduo deve-se preocupar, indispensavelmente, na qualidade de memória que ele integrará.

Dessa forma, trazendo tal perspectiva para a construção da memória histórica campinense e adentrando na questão museológica, pode-se considerar a instituição museu como um *cronotopo*. Bakhtin, filósofo russo do século XX, cria esse conceito e o descreve como a temporalidade (a passagem do tempo) e a espacialidade (a configuração de lugares) se entrelaçam e se manifestam de forma concreta nas histórias, influenciando o enredo, os personagens e a construção da realidade dentro da obra. Apesar do conceito de Bakhtin ser um termo habituado ao literário, o museu pode ser visto como um cronotopo, pois nele tempo-espaço podem ser finalmente vistos como únicos e aproxima o espectador do retrato de um cenário histórico. (Bakhtin, 1999)

Já os museus históricos, enquanto espaços de preservação e exibição de objetos do passado, desempenham um papel crucial na dinâmica entre memória e esquecimento, sendo agentes ativos na construção de uma narrativa histórica que influencia a formação da identidade. Contudo, sua utilidade vai além da simples função de abrigar e conservar os artefatos; os museus também se destacam como centros de educação patrimonial. Nesse contexto, o espaço não deve se limitar a uma transmissão passiva de informações ou exposições, mas deve envolver um processo crítico, reflexivo e coletivo, a qual o público é convidado a interpretar e questionar as histórias que são contadas. Além disso, os museus têm o potencial de ser agentes transformadores, principalmente quando adotam abordagens participativas, envolvendo as próprias comunidades na construção e preservação de sua história. Dessa forma, tornam-se

ferramentas poderosas para a educação patrimonial, estimulando uma aprendizagem coletiva que resgata e valoriza as múltiplas memórias que a sustentam. Em vez de meramente perpetuar visões estáticas sobre o passado, eles devem promover uma reinterpretação contínua, em que a memória não é apenas preservada, mas também reinventada, com o objetivo de fomentar um sentimento de pertencimento e identidade que abrace a riqueza das particularidades de seu passado.

Portanto, levando em consideração tais atribuições dos museus como também curadores da memória, bem como a importância de uma educação patrimonial, analisa-se aqui o Museu do Algodão e o Museu Histórico de Campina Grande e como suas exposições e interpretações são determinantes para construção da memória histórica da cidade, procurando compreender, a resultante dessas influências na formação da identidade cultural campinense.

O Museu do Algodão de Campina Grande

Quando supera o processo de produção agropecuária, o “Ouro Branco”¹ surge como a nova fonte rentável em Campina. O Museu do Algodão emerge em 1973, inaugurado pelo prefeito Evaldo Cavalcanti Cruz² como um importante testemunho da dinâmica econômica e social que marcou a cidade durante a primeira metade do século XX. Sua criação está indissociavelmente ligada à ascensão do algodão como o principal motor econômico da região, refletindo tanto o crescimento vertiginoso da cidade quanto os desafios associados a essa transformação, localizado na antiga estação ferroviária (Great Western Railway Brazil de Campina Grande) de 1907, onde marcou-se a chegada do primeiro trem à cidade.

No início do século XX, a Rainha da Borborema experienciou um fenômeno econômico sem precedentes impulsionado pela produção de algodão. Este ciclo econômico não apenas catalisou o desenvolvimento de uma reforma na infraestrutura urbana robusta, mas também resultou na integração de Campina Grande no mercado global como um dos maiores exportadores de algodão do mundo. A localização estratégica da cidade desempenhou um papel crucial na sua ascensão econômica, pois está situada no ponto médio entre as principais capitais

¹ "Ouro branco" refere-se ao valor econômico do algodão para a economia de Campina Grande, especialmente durante o auge da produção no século XX, quando o algodão era um dos principais produtos de exportação da região.

² Evaldo Cavalcanti Cruz foi prefeito de Campina Grande entre 1973 e 1977.

do Nordeste, e também em uma área de passagem do Sertão para o Litoral, tornando-se um local de entreposto comercial desde sua fundação em 1864. Essa centralidade facilitou não apenas o escoamento da produção, mas também atraiu grandes empresas, como a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), a instalação dessa e de outras indústrias impulsionou a economia local, gerando empregos e transformando a dinâmica do trabalho em Campina Grande e sua estrutura urbana. Contudo, esse desenvolvimento estava longe de ser homogêneo ou de beneficiar igualmente a população.

A SANBRA³, em particular, trouxe consigo um modelo de industrialização focado na exportação de matéria-prima, tecidos, fabricação de óleo e ração de animais, o que reforçou a dependência econômica da cidade em relação ao mercado internacional. O ciclo do algodão, embora tenha gerado empregos, concentrou os lucros nas mãos de uma elite econômica ligada tanto ao comércio quanto à política local, perpetuando a exclusão das camadas mais pobres da população. A modernização urbana em 1940, incentivada por essa expansão econômica, refletiu essa concentração de poder e riqueza, as construções de novas avenidas e a ampliação do sistema de transporte iniciadas na década de 20 e impulsionadas em 1935 pela gestão então prefeito Vergniaud Wanderley⁴ visavam facilitar o fluxo de mercadorias e atender às necessidades da elite econômica. Nas fachadas e interiores dos prédios e casas, a adoção do estilo Art Déco⁵ refletiu o desejo dessas elites locais e do poder público de projetar uma imagem de modernidade e progresso. Esse estilo arquitetônico caracterizado por linhas geométricas, formas simplificadas e ornamentação estilizada, era visto como símbolo de sofisticação, avanço tecnológico e cosmopolitismo, algo que Campina buscava transmitir no auge de sua prosperidade, enquanto as áreas periféricas da cidade continuavam marginalizadas.

³ A SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) era uma firma especializada em produtos como o agave, óleo e artigos comestíveis, além de trabalhar com o próprio algodão. Instalou-se em Campina Grande em 1935.

⁴ Vergniaud Borborema Wanderley foi prefeito de Campina Grande por duas gestões (1936-1937 e 1940-1945) e senador da República entre 1946 e 1951. Sua administração destacou-se por um amplo plano de urbanização, que modernizou especialmente o centro da cidade, consolidando Campina Grande como um importante centro urbano da região

⁵ O Art Déco surgiu na Europa, mais especificamente na França, no início do século XX, por volta de 1908, e ganhou destaque internacional na década de 1920. Esse movimento artístico e arquitetônico teve forte influência nas grandes cidades europeias e norte-americanas, especialmente em Paris, onde a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas de 1925, que deu nome ao estilo, foi um marco de sua popularização. Em Campina, esse estilo marcado por formas geométricas e elementos decorativos que tentavam refletir a modernização da cidade na época.

O Museu do Algodão de Campina Grande, como um repositório vital da memória econômica e cultural da cidade, exhibe um acervo limitado que inclui ferramentas de produção, documentos históricos, e fotografias que ilustram a ascensão do algodão como um motor econômico regional. Entre os principais objetos expostos estão as antigas máquinas de descaroçamento, equipamentos de fiação de tecidos e de pesagem que foram essenciais para o processamento e comercialização do produto. Essas exposições proporcionam uma visão geral da tecnologia e dos métodos usados durante o auge do ciclo algodoeiro.

As seções do museu também incluem registros de negociações comerciais que evidenciam a importância do algodão no mercado global, assim como fotografias e relatos de época permitem uma compreensão sobre a transformação social e econômica de Campina Grande. No entanto, é importante destacar que, apesar da existência do acervo, há uma necessidade constante de atualização e ampliação das exposições para incluir novas perspectivas e aspectos da história que possam não estar suficientemente representados.

Vale salientar que, ao lado do museu fica exposta uma réplica do primeiro trem que chegou nas terras campinenses, conhecido popularmente como “Maria Fumaça”, que apesar da grande representatividade também se encontra em estado depreciativo, assim como as linhas de trem que vão além dos limites do município, que parecem funcionar somente nos períodos festivos juninos. O museu conta também com outro espaço que seria o “galpão” onde os sacos de algodão eram escoados e armazenados, esta seção da Estação que não encontra-se como parte do integrante do museu - mas poderia ser - também apresenta uma estrutura ainda mais danificada.

FOTOGRAFIA 1:

Imagem da réplica do primeiro trem das terras campinenses.



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

Ao examinar o acervo do Museu do Algodão de Campina Grande (MACG), observa-se que ele evidencia, de forma inequívoca, como o comércio do algodão foi determinante para a ascensão econômica de uma parcela da elite local. No entanto, essa prosperidade é representada no museu como se pertencesse à cidade em seu conjunto, o que contribui para a construção de uma imagem de progresso e desenvolvimento que marca a cidade até os dias atuais. O MACG se encarrega de perpetuar essa visão, consolidando uma memória quase em sua totalidade como celebrativa, que ignora em grande medida as tensões sociais envolvidas nesse processo. É como se houvesse a intenção de perpetuar nos campinenses uma memória coletiva crível a partir de uma realidade histórica “saneada”.

A disposição cronológica das peças sugere uma leitura linear do avanço da cotonicultura, atribuindo a esse setor um papel central no crescimento de Campina, sem problematizar as dinâmicas de poder que favoreceram a classe comercial e industrial. A população trabalhadora e menos abastada, por outro lado, encontra-se sub-representada no acervo. Os equipamentos de pesagem e beneficiamento do algodão, por exemplo, dos mais rudimentares aos tecnologicamente mais avançados, ilustram o progresso técnico alcançado pelas empresas do setor, mas deixam de lado a narrativa dos trabalhadores que operam essas máquinas e vivem às margens desse progresso. Adicionalmente, o acervo inclui objetos que adornavam os escritórios e residências dos proprietários dessas empresas, como cofres, máquinas de datilografia, telefones, relógios, vitrolas e louças importadas da Inglaterra, sem esquecer, é claro, dos bustos e fotografias dos proprietários das empresas e das principais figuras políticas

envolvidos no processo, na qual fica em evidência a atuação de Cristiano Lauritzen⁶ que durante 19 anos atuou como prefeito da cidade.

FOTOGRAFIA 2:

Calculadora da época utilizada para fazer as contabilidades do algodão.



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

FOTOGRAFIA 3:

Um dos maquinários utilizado para fiar o algodão

⁶ Cristiano Lauritzen (1847-1923) nasceu na Dinamarca e aportou no Brasil aos 21 anos, em 1880 mudou-se para Campina e casou-se com Elvira Cavalcanti, a filha de Alexandrino Cavalcanti, um importante político local. No ano de 1904 assumiu o cargo de prefeito até seu falecimento em 1923. Sua gestão foi marcada principalmente pela implantação das linhas férreas e pelo desenvolvimento econômico com o escoamento do algodão. Cristiano também fundou o Jornal Correio da cidade em 1922.



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

FOTOGRAFIA 4:

Móveis decorativos pertencentes aos donos das fábricas do algodão



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

Esses artefatos reforçam a imagem de modernização e riqueza material associada à elite local, ao passo que a experiência das classes populares é praticamente inviabilizada no espaço expositivo. Sem esquecer de ressaltar que praticamente nenhuma das fotografias, máquinas, móveis e porcelanas em exposição no museu não possuem catalogação e ficam rendidos a interpretação guiada ou pessoal. O estado de conservação das peças é outra questão que deve urgentemente ser revista, com um número limitado de artigos ainda sim a preservação das mesmas é deveras ignorada. Há fotografias com grandes manchas e apagadas, máquinas

danificadas e enferrujadas, itens do artesanato do algodão expõem mofo e pobreza de variedades.

A situação da Antiga Estação Ferroviária como um todo é de descaso, o mato cobre boa parte da calçada (observar fotografia 6) , as paredes com grandes rachaduras e janelas quebradas, o intemperismo danifica toda estrutura externa que acaba leva os problemas para a parte interna prejudicando a conservação do prédio e do acervo. A parte externa da linha do trem também contribui para depreciação do monumento, pois está sendo usado para despejo de entulho e lixo. O espaço do MACG, ainda é utilizado para depósito de outras máquinas não pertencentes ao acervo.

FOTOGRAFIA 5:

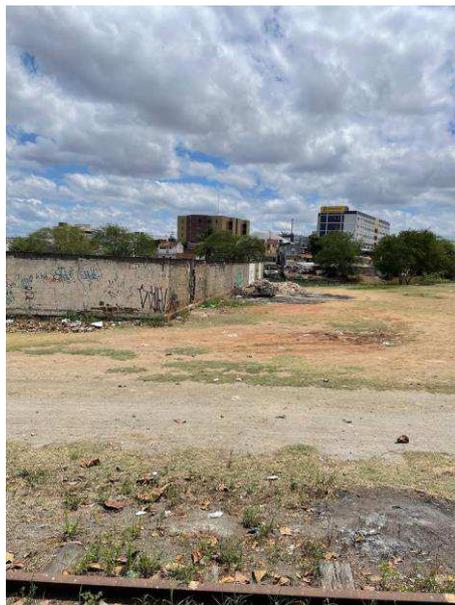
Máquina de impressão de jornal. (Esta peça não pertence ao acervo do museu)



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

FOTOGRAFIA 6:

Imagem do lado externo a linha do trem



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

São diversas perguntas que atropelam o imaginário de quem o visita, como: Quem colhia o algodão? Onde habitavam esses trabalhadores? Quem manipulava aquelas grandes máquinas? Como eram as condições de trabalho? Quem tecia as rendas e os tecidos? Quais as técnicas? O que temos de herança histórica sócio-cultural desse período turbulento de Campina Grande?.

A memória seletiva do esquecimento também se revela no acervo fotográfico do museu, uma vez que o que é lembrado ou esquecido na construção de um imaginário coletivo é uma forma de poder e dominância, as imagens sempre cultuam a questão celebrativa e “numérica” do algodão em Campina, os proprietários do algodão sempre a frente e os trabalhadores ao fundo, assim como na vida cotidiana.

No que diz respeito à memória que o museu busca instituir — mesmo considerando sua temática predominantemente voltada ao ciclo algodoeiro —, é possível afirmar que o acervo poderia ser ampliado para incluir objetos que remetem diretamente à contribuição dos homens e mulheres das classes populares que trabalharam arduamente e foram essenciais para o sucesso dos negócios na cidade.

Além disso, o espaço poderia simbolicamente abordar os conflitos e as tensões existentes no mundo do trabalho e trabalhar com guias que auxiliam na exposição e explicação do ciclo

algodoeiro campinense e seus personagens, utilizando também a parte dos galpões para estender o espaço museal ou o readaptando para outros fins que beneficiem a comunidade. O que se encontra sobre os trabalhadores envolvidos nesse ciclo econômico está em evidência, talvez, na abotoadura do fardamento do maquinista do trem, dividindo espaço com as porcelanas inglesas que deveriam adornar alguma cristaleira da casa dos empresários do algodão.

FOTOGRAFIA 7:

Abotoadura do fardamento do maquinista do trem.



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

Na verdade, o esquecimento transmuta-se para outra esfera, a questão pública, que às vezes pensa-se ser proposital. Já que falamos de patrimônio então emerge a preocupação com sua preservação, o acervo de um museu é uma das tarefas mais complexas e fundamentais para a manutenção da integridade de seu patrimônio. Entretanto, a preservação desses objetos é um processo que demanda infraestrutura adequada, além de técnicos e restauradores capacitados. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desempenha um papel importante na regulamentação e apoio às políticas de preservação do patrimônio cultural, reforça a necessidade de adoção de práticas conservacionistas para museus, propondo a gestão eficiente de acervos e a capacitação contínua de profissionais.

No entanto, o MACG enfrenta dificuldades em atender plenamente a essas diretrizes, devido à ausência de uma infraestrutura adequada, o que afeta a durabilidade de peças expostas e

armazenadas. Atualmente (Agosto de 2024), as condições internas e externas do museu estão fadadas ao abandono, em contraposição às novas construções do Estado e do Município – sem esquecer dos derivados da iniciativa privada – que emergem ao redor do museu em uma região privilegiada em um dos bairros mais nobres da região. Pode-se dizer que o estado de depreciação dos patrimônios da cidade, em sua generalidade, são iguais ao estado da memória histórica e política dos cidadãos que a habitam, visto a ausência de políticas patrimoniais em Campina.

FOTOGRAFIA 8:

Entrada do Museu do Algodão



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

Não é possível medir de uma forma propriamente dita, os impactos dessa situação de descaso com o patrimônio em relação a educação patrimonial, visto que os museus desempenham uma função vital na promoção dessa educação quando oferecem um ambiente no qual os visitantes podem interagir com a história e a cultura de forma multidimensional e didática. A ausência dessas experiências anula uma das funções museológicas, que é ser um instrumento de aprendizagem e utilizar o patrimônio cultural para incentivar a compreensão crítica da história e da memória coletiva. A apresentação “velha”, estática e sucateada em exibição na instituição pode repelir na comunidade o interesse em conhecer e salvaguardar esse patrimônio, mas tal fator atinge principalmente a nova geração de estudantes que vão intencionados na busca por conhecimento e se deparam com o abandono municipal, que se agrava ao levar em consideração o nível de sofisticação das tecnologias educacionais já existentes e cercam esses

indivíduos em todas as esferas da vida social e cotidiana. Trazer esse contexto para uma situação do cotidiano na rotina de um educador é possível, sendo simples debater tal problemática no contexto das instituições públicas de ensino do município, ao analisar diferentes públicos de professores em algumas instituições e perguntar quantas vezes experiências de campo são oferecidas, ou quantas vezes tal temática é abordada na sala de aula, se quando uma ou duas por ano for muito, ainda sim há outros empecilhos para estabelecer uma educação patrimonial eficaz no Brasil. A falta de integração e amarras nas relações entre ensino, patrimônio, cultura e identidade para entender como ocorre a formação do indivíduo moldado a partir da sua memória histórica, isso transparece que a raiz do problema não é somente local, mas sim estrutural.

O Museu Histórico de Campina Grande

Saindo do bairro da Estação Velha e partindo para o Centro, encontra-se o Museu do Telégrafo da cidade. Ao fazer um comparativo entre o MACG e o do Telégrafo - considerados os museus históricos da cidade - percebe-se que em relação a questão estrutural (física), este, encontra-se talvez mais preservado que o outro, mesmo que a datação de sua construção seja anterior a do prédio da Estação Ferroviária. Entretanto, sua exposição e acervo contam com problemas similares no que diz respeito a falta de uma visita guiada, horário de funcionamento difuso, apresentação de boa parte das peças sem autoria, origem, e/ou explicação do que se trata, sua funcionalidade, e como se estabelece uma relação com a trajetória histórica de Campina.

O prédio do “Telegrapho Nacional” fora planejado para ser uma cadeia pública (1814) e assim estabeleceu-se por cerca de seis décadas sediando também a “Casa da Câmara” em seu andar superior, depois transfigurou-se para uma Estação telegráfica (1896) graças ao crescimento comercial que implantou a necessidade de uma comunicação mais eficaz entre Campina Grande e outros centros econômicos do país. A construção que anos depois deixou de ser Telégrafo, em 1967 foi cedida à prefeitura para instituir o Museu Histórico da cidade, remonta de forma passiva e com certa escassez sua relevância e implicação na constituição de um dos capítulos da formação da memória e na disposição urbana ao seu entorno, deixando brechas históricas significativas para a antiga Vila Nova da Rainha. Mas pode-se encontrar outros artefatos que por terem sido salvaguardados, estão, por algum motivo, remendados ao contexto da história local ou do Brasil, como uma caneca de alumínio do século XX, uma caixa de

moedas chinesas que pertenceu a Cássio Cunha Lima, ou até mesmo um estilhaço de bomba da Segunda Guerra Mundial que veio da Itália.

FOTOGRAFIA 9:

Lado externo do Museu do Telégrafo.



Fonte: Google Images. 2024

FOTOGRAFIA 10:

Estilhaço italiano de bomba da Segunda Guerra Mundial



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

FOTOGRAFIA 11:

Caneca de alumínio do século 20



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

FOTOGRAFIA 12:

Caixa de moedas chinesas cedidas por Cássio Cunha Lima⁷.



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

⁷ Cássio foi prefeito de Campina Grande por três mandatos, deputado federal por dois mandatos, governador da Paraíba por duas vezes e senador pela Paraíba por dois mandatos. A família Cunha Lima possui um longo histórico oligárquico no estado da Paraíba.

Para o local que sediou uma cadeia pública, uma Casa da Câmara, e uma Estação Telegráfica, tece aqui também a crítica à disposição das peças dentro do museu, onde colocam-se artefatos de diferentes, períodos, origens e atribuições em um mesmo agrupamento, trazendo questionamentos do tipo “o que essa peça tem a haver com essa outra?” ou “o que isso tem de relação com Campina?” , pois, como já dito anteriormente, a maioria das objetos não contempla uma explicação descritiva ou guiada. Com a ausência de uma narrativa museal, o espaço é visto como um depósito de antiguidades.

“O grande empório dos Sertões” nome atribuído a Campina devido ao seu grande manejo comercial, expõe a importância dos tropeiros da borborema⁸ através dos utensílios por eles carregados, como pode-se observar:

. FOTOGRAFIA 13:

Utensílios utilizados pelos tropeiros do século 19



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

⁸ Os Tropeiros foram componentes para o progresso e desenvolvimento de Campina Grande e de diversas cidades do Nordeste brasileiro, transportando alimentos, como farinha, feijão, milho, cana-de-açúcar e peles de animais, em lombos de mulas e jumentos em caminhadas longas que pareciam não ter fim, enfrentando a chuva e o sol quente dos sertões. Ao fazerem paradas e comercializarem ao longo do percurso, essas tropas foram parte essencial da constituição da memória histórica e da vida social do século XVII ao XX. Percebe-se que os 300 anos de atuação das tropas nos sertões estão em menor destaque em contrapartida aos 30 anos de apogeu do algodão em Campina Grande.

O Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Lêdo, foi encarregado pelo governo colonial de organizar as expedições para “pacificar” a área e consolidar a presença portuguesa. Em 1697, ele fundou a aldeia de Campina Grande, após ter liderado um processo de colonização que envolveu o enfrentamento e deslocamento dos indígenas locais. Esse "aldeamento” ou “deslocamento” significava a destruição de outras comunidades, a captura e escravização dos indígenas, ou sua exploração das formas mais diversas. Esse fato do processo de colonização e expansão da aldeia é retratado na exposição de uma maneira que anula a existência de conflitos e tensões

FOTOGRAFIA 14:

Banner que data os avanços na ocupação de aldeia Campina



Fonte: Acervo Pessoal. 2024

A representação tomada pela imagem revela a falta de cautela em tratar as colonizações e implicar termos que permitem uma transposição deveras pacífica e com “buracos” temporais que remetem a uma história de formação equivocadamente progressiva.

Uma política de patrimônio que preservou a Casa Grande, as Igrejas Barrocas, os Fortes, a Casa de Câmara e Cadeia como referencial de nossa identidade histórico cultural e relegou ao esquecimento as Senzalas, os Cortiços, e as Vilas Operárias (Fernandes, 1983, p.273)

Agora, em perspectiva geral e colocando-me também como residente campinense e fruto dessas perspectivas históricas, atrevo a dizer que ambos museus localizados em áreas de enorme circulação de populares, repleto de fazeres históricos, situados onde se considera pólo

tecnológico, comercial, e abrigando diversas construções arquitetônicas possíveis de serem reformadas e ressignificadas, Campina Grande tem necessidade e além disso, possui também o potencial para transformar esse cenário perpetuado dentro dessas instituições. Incluindo-me como “narradora-personagem” dessa história, afirmo que enquanto criança e pré-adolescente ao entrar e passear pelos halls desses museus, não conseguia compreender plenamente o que queriam dizer tais exposições, o que aqueles artefatos ali colocados queriam dizer? o que teriam de haver comigo e com Campina?

Levando em consideração que o museu não é um espaço de aprendizagem destinado para os estudiosos e letrados, ele é legislativamente projetado para atender todas as camadas da população, para os aqui nascidos e turistas, mas principalmente para adolescentes e crianças das redes de ensino, é para a população que ali faz seu trajeto diariamente, que espera o transporte público, ou que por acaso adentra no museu para satisfazer sua curiosidade. Assim como é assegurado no documento oficial *"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais."* (Brasil, 1988, Art 215) e *"Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...]"* (Brasil, 1988, Art 216).

Relembrando Durkheim e Halbwachs e a “coesão social”, muitas vezes o “ser” no sentido substancial da palavra, para uma comunidade, grupo, ou pessoa, também se insere na questão da representatividade e do acesso a esses lugares, ora, qual seria sua importância na trama da narrativa? Um personagem ou figurante? Se nem mesmo a história procura representá-los, por que o faria? E porque ainda por cima se preocupar em preservá-la e transmiti-la?. Se sentir parte configurante dessa memória é uma das respostas, através dela emerge o sentimento de unidade e representatividade. Então, é nesse ponto tocante que as ações educativas sobre a Educação patrimonial devem apegar-se.

O Papel do Museu na Preservação da Memória e a Educação Patrimonial

Há diversas recomendações em documentos oficiais sobre o que vem a ser e como tratar o patrimônio, seja ele de caráter material, imaterial, natural ou arqueológico. Elas estão compreendidas em diversos documentos, registros e congressos que ao longo dos anos foram remodelando o conceito de patrimônio, como as cartas patrimoniais, o IPHAN, a UNESCO, a

própria Constituição Federal, além da contribuição de pesquisadores das mais diferentes áreas e outra enxurrada de processos burocráticos e sociais que expandiram o que vinha a ser considerado patrimônio, como bem explica (Gonçalves, 2014) e de como essa definição atual a ele atribuído foi lentamente desenvolvida a partir do reconhecimento - ou não - da identificação cultural a partir do desenvolvimento do que vem a ser chamado de educação patrimonial.

Na verdade, precisa-se compreender como o patrimônio cultural e as ações educativas, seja no ensino básico ou superior, compõem de forma conjunta e indissociável parte essencial na discussão aqui estabelecida. O patrimônio, seja qual for sua modalidade, não pode ser compreendido ou preservado sem as ações educativas promovidas pela educação patrimonial, assim como, a educação patrimonial não se perpetua em sua capacidade plena sem haver o reconhecimento de diferentes grupos sociais a partir de suas semelhanças e disparidades.

Parte, portanto, além do escopo governamental e municipal para preservação e perpetuação de tais instituições, a responsabilidade sobre o setor educacional, uma vez que tal formação é essencial para participação e formação cidadã, que elaborando no indivíduo o apreço e a preservação da cultura/história a partir do seu local de origem, aplicará tal aprendizagem ao encontrar outros patrimônios, qualquer lugar do mundo que esteja.

A Convenção da UNESCO de 1972, intitulada *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, foi um marco essencial para a preservação de bens de valor cultural e natural de relevância global, no documento se estabelece diretrizes e compromissos internacionais para a identificação, proteção e conservação de locais que representam um legado comum da humanidade, transcendendo fronteiras nacionais. Com essa convenção, consolidou-se o conceito de "patrimônio mundial", evidenciando que determinados monumentos, paisagens e sítios têm um significado que vai além das nações, exigindo uma ação conjunta para sua salvaguarda. Essa visão foi fundamental para o fortalecimento da noção de patrimônio como um bem coletivo, que deve ser protegido pelas gerações presentes em benefício das futuras.

Complementando essa perspectiva, a Convenção de 2003, que versa sobre a *Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, ampliou o entendimento do conceito de patrimônio ao incluir as manifestações culturais vivas, como tradições orais, festas, rituais e outras práticas sociais

que constituem a identidade de comunidades. Reconhecendo que o patrimônio imaterial é um componente vital para a coesão social e para a diversidade cultural, essa convenção ressalta a importância de preservar não apenas os monumentos e bens materiais, mas também as formas de expressão cultural que perpetuam a memória e a identidade coletiva.

Entretanto há uma linha tênue entre a expressão da memória histórica e a memória celebrativa. A confusão entre memória e lugares de poder presente em Campina Grande e nos seus museus, reflete uma dinâmica recorrente em todo o território brasileiro, fruto de um processo histórico complexo que entrelaça a formação do país com a consolidação de suas elites. A partir da colonização, os espaços de poder — igrejas, casarões, praças centrais e monumentos — foram estabelecidos como símbolos materiais de autoridade, ligados à narrativa oficial do Estado e das oligarquias. Esse fenômeno resulta na construção de uma memória coletiva que prioriza a preservação de elementos que reforçam as estruturas de poder dominantes, em detrimento das vivências de grupos populares ou marginalizados.

Segundo Pierre Nora (1984), os lugares de memória são marcos físicos e simbólicos que se destacam no processo de fixação de memórias, mas que também refletem disputas sobre o que deve ser lembrado e valorizado. No Brasil, o patrimônio cultural é marcado por essa seletividade, onde muitas vezes a memória oficializa o que é conveniente ao poder político e econômico, deixando à margem narrativas que representam a diversidade cultural e social do país. Essa situação é agravada pela própria estrutura da patrimonialização no Brasil, que privilegia certos bens e histórias, como observa Choay (2001), ao abordar a forma como a memória nacional é construída em torno de símbolos que reafirmam as hierarquias sociais e culturais. Portanto, o desafio na preservação da memória e do patrimônio no Brasil reside em ampliar o reconhecimento e valorização de elementos históricos que representam a pluralidade da sociedade, incorporando as vozes de grupos historicamente silenciados na construção da narrativa patrimonial.

Então, a construção da memória histórica se revela como mais do que uma representação daquilo que foi, ela celebra personagens, imortaliza fatos, ela preserva espaços e construções, ela ressignifica a identidade. A cidade precisa que essa construção seja sólida, ou a *Mneme* (O termo *mneme* foi utilizado pela primeira vez na filosofia grega antiga, especialmente em referência à deusa Mnemosine, que era a personificação da memória, mas nesse caso refere-se à memória involuntária e à retenção de experiências passadas, que permanecem e influenciam

o indivíduo ou a coletividade de maneira subconsciente) ou, a falta do zelo em suas formas mais abastadas vão pouco a pouco eliminando as marcas de uma história, que será remodelada e apresentada com base nas características e interesses daqueles que a detém.

É natural que nas áreas que compreendem as ciências da humanidade o campo das sensibilidades seja colocado em evidência, pois através dele compreende-se de maneira mais profunda o simbolismo atribuído ao patrimônio, que se liga não somente ao celebrativo mas também ao emotivo. Para exemplificar de forma mais clara, imagine o acontecimento de um brasileiro na Alemanha conhecendo o campo de concentração de Auschwitz, mesmo que este indivíduo não tenha participação efetiva com a Segunda Guerra, o sentimento de respeito e emoção transpassa a temporalidade, isso, graças a noção perpetuada da memória histórica derivada de uma ação educativa que implicou a educação patrimonial sobre esse indivíduo em algum momento de sua vida, que o faz desenvolver sentimentos a acerca de um povo a qual ele nunca pertenceu mas compreende o significado e simbolismo dessa representação e conseqüentemente a necessidade de elevar em forma de patrimônio.

Essa relação entre patrimônio cultural e educação patrimonial se dá quando o patrimônio passa a valorizar além dos artefatos físicos, a identidade cultural, e para isso se faz necessário a aplicação das ações educativas que explicitem os condicionantes históricos do patrimônio, e atribuir a tal, apreço e respeito, em decorrência de sua importância para toda uma comunidade. Sendo assim, quando falamos de ações educativas outra rota que pode ser incubida nessa trajetória é a “dessacralização do acervo patrimonial, problematizando os processos sociais e históricos que o geraram” e “Pôr sob suspeição uma perspectiva do processo educativo que oponha educadores e educando como esclarecidos e não esclarecidos” (Gonçalves, 2014, p. 92).

Outro fator concomitante que altera os limites do que vem ou não a ser considerado como patrimônio, é justamente o tempo e seus condicionantes históricos, a exemplo da Revolução Francesa como destaca Choay, o evento foi um marco fundamental na redefinição do conceito de patrimônio. O movimento revolucionário, ao se insurgir contra a monarquia e a Igreja, gerou um debate sobre a preservação de monumentos e obras de arte. Antes vistos como símbolos do poder aristocrático, esses bens passaram a ser considerados parte do patrimônio nacional, pertencente ao povo e representativos da história coletiva. A ideia de patrimônio, portanto, deixou de ser restrita a elites e ganhou uma dimensão pública, exigindo sua proteção como um

bem comum, ligado à formação da identidade nacional e à construção de um passado compartilhado.

A relação da sociedade civil brasileira com o seu patrimônio cultural tem sido historicamente marcada por contradições e desafios que refletem os condicionantes estruturais do país. A formação dessa relação foi, em grande parte, influenciada por um legado colonial e elitista, onde a preservação dos bens culturais esteve tradicionalmente voltada para monumentos e símbolos que representavam a história oficial e as classes dominantes, em detrimento das expressões culturais de grupos marginalizados, como indígenas, negros e camponeses. Além disso, o processo de modernização desigual e excludente no Brasil levou a um distanciamento da sociedade em relação ao patrimônio, especialmente em áreas urbanas, onde o rápido crescimento econômico foi priorizado em detrimento da preservação cultural.

A falta de educação patrimonial ampla e acessível, somada às desigualdades socioeconômicas, também contribuiu para uma apatia coletiva quanto à proteção dos patrimônios, que muitas vezes são percebidos como pertencentes ao Estado ou às elites, e não como parte integrante da identidade do povo. Essa construção histórica moldou uma relação fragmentada e muitas vezes passiva da sociedade civil com o patrimônio, onde a mobilização em torno de sua preservação ainda é marcada por desigualdades regionais e sociais, e pelo acesso desigual a recursos e informação.

No que se refere a formação da cultura local de uma região, quando falamos sobre Campina Grande, ou sobre cidades e suas memórias históricas em sua forma geral, pode-se afirmar que elas inventam seu próprio passado e criam seu próprio futuro para explicar o presente (Pesavento, 2014). É fato que a invenção do passado de Campina Grande foi associada a figuras políticas, empresários, fazendo do personalismo um de seus traços mais característicos. Ambos prédios apesar de instaurados como museus no final dos anos 60 e início dos anos 70, já emergiram sob um regime oligárquico que deixa impressões em diversas obras, monumentos e parques da cidade, claro que os museus não ficariam de fora, nem mesmo a historiografia local, afinal “mostra como nossa herança arquitetônica e urbana revela-se alegoricamente como um espelho cuja contemplação narcisista aplaca nossas angústias.” (Choay, 2001).

Em Campina Grande, começou a pensar-se sobre a musealização e educação patrimonial com mais fervor a partir do final da década de 60, William Ramos Tejo é um dos nomes que ganha

destaque, historiador, jornalista e professor, foi uma figura fundamental na formação e no desenvolvimento dos museus na Rainha da Borborema, especialmente no Museu Histórico que foi declarado como o principal idealizador, realizando também a curadoria para o Museu do Algodão. Tejo também esteve à frente de iniciativas de catalogação e conservação de objetos históricos e se destacou no campo da pesquisa histórica, contribuindo com artigos e publicações sobre a história de Campina Grande e sua região. Seus textos frequentemente abordam temas como a importância do patrimônio cultural, as tradições locais e as transformações sociais que moldaram a cidade ao longo do tempo.

Além da ênfase comercial e tecnológica que costuma dominar as narrativas sobre Campina Grande, é crucial destacar outras dimensões igualmente significativas para compreender plenamente a cidade. A Rainha da Borborema não pode ser dissociada de seu passado sertanejo, marcado pela resistência de homens e mulheres que enfrentaram bravamente a seca e o abandono governamental. Esses sujeitos, muitas vezes marginalizados e discriminados por sua origem, seu jeito de falar ou vestir, carregam as sequelas de uma história de exclusão e exploração, cujas raízes remontam aos processos de colonização do Nordeste brasileiro e “penam” para encontrar dentro desses museus algo que gere identificação com sua ancestralidade.

No campo do patrimônio as universidades “têm um papel importante a desempenhar a esse respeito, seja formando profissionais no campo (ensino) construindo e ampliando o conhecimento sobre ele (pesquisa) seja traduzindo o resultado de pesquisas, de várias formas, para a sociedade mais ampla, além de estabelecer parcerias com agentes e agências do patrimônio cultural (extensão)” (Gonçalves. 2014, p. 93). Nesse contexto, as universidades, especialmente os departamentos das ciências humanas, como Geografia, Arquitetura e principalmente História podem oferecer uma contribuição significativa.

A criação de disciplinas voltadas à questão patrimonial é uma das formas das ações educacionais, está cada vez mais citada e disposta nos cursos de História. Na UFCG já se encontram “Laboratório de Educação Patrimonial” e “Laboratório de Arquivos e Fontes” incluídas no currículo como disciplinas obrigatórias, as quais contribuíram significativamente para esta pesquisa. A partir de tais fatos é possível assinalar que embora os estudos sobre as instituições museológicas e arquivísticas tenham crescido, as mesmas ainda são voltadas para aquelas instituições que possuem maior destaque no território nacional. É por isso que, as

atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas ao campo do memorável precisam ser estimuladas pela academia, em consonância com as autoridades governamentais ou de gestão do patrimônio. Diante da visível fragilidade em problemas estruturais, ausência de manutenção, instalações inadequadas para conservação dos acervos, profissionais não adequados, somado às questões observadas na pesquisa durante seu desenvolvimento e enriquecidas pelas experiências acadêmicas, o estreitamento dos laços entre a universidade e o campo do patrimônio se faz necessário.

A valorização dos museus enquanto espaços de aprendizado requer uma abordagem que transcenda a sua funcionalidade para além do pesquisador acadêmico, reconhecendo-os também como ferramentas valiosas para educadores. Esses profissionais têm a missão de desenvolver visitas, projetos e metodologias inovadoras que integrem o acervo e as experiências oferecidas pelos museus ao cotidiano escolar, proporcionando aos alunos um contato direto com a história e a cultura local, afinal, é nesses museus onde teoria e prática se convergem.

Para que essas ações educativas sejam implementadas de maneira eficaz, é essencial que os museus disponham de alternativas que facilitem essa interação. É necessário que disponham de salas de aula equipadas, proporcionando um ambiente propício para a realização de atividades educativas. Além disso, a acessibilidade para pessoas com deficiência (PCDs) deve ser uma prioridade, garantindo que todos os visitantes possam usufruir plenamente do espaço. Para atender seu público diversificado, os museus devem contar com uma linguagem clara e concisa que permita o entendimento e também indagações sobre a temática abordada, além de deixar as portas abertas para receber e contextualizar seus visitantes.

Essa linguagem adaptada para o ensino também deve ser pensada para incluir o público “PCD” e contar com acessibilidade para aqueles com deficiências visuais, auditivas ou de mobilidade. Hoje no Brasil há diversos museus que dispõem uma estrutura mais inclusiva, a exemplo do Museu do Amanhã (Rio de Janeiro), Museu da Língua Portuguesa (São Paulo) e a Pinacoteca de São Paulo, que contam com recursos de acessibilidade como audiodescrição, LIBRAS, materiais em BRAILE, audioguias, maquetes táteis e outros recursos que permitem além do acesso, à experiência tangível e educativa para esse público.

A disposição e descrição clara dos artefatos expostos são igualmente importantes, pois favorecem a compreensão e a valorização do patrimônio cultural. A implementação de políticas públicas que apoiem essas iniciativas, assim como a troca de funções arquitetônicas de outros espaços da cidade, pode contribuir para efetivar a função educacional do museu e patrimônio, tornando-os mais receptivos e dinâmicos.

A produção de materiais de pesquisa, como filmes, documentários, livros e programas de rádio e televisão, também enriquecem as formas de conhecimento sobre a história local e expandem o alcance do público. Além disso, a criação de novos materiais para exposição e a colaboração com universidades em projetos de pesquisa, ensino e extensão são estratégias fundamentais para fortalecer a ligação entre a academia e a prática educativa nos museus. Por último, a salvaguarda do patrimônio por meio de tombamentos e registros, realizados por órgãos governamentais, é essencial para a preservação da memória histórica. Essa articulação entre diferentes esferas—educadores, museus, governos e universidades—constitui um passo importante para transformar os museus em verdadeiros centros de aprendizado, reflexão e promoção da identidade cultural, onde a história é não apenas preservada, mas também vivida e recontada por novas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as áreas envolvidas na construção e estudo sobre o patrimônio, eles podem ser objeto para historiadores, museólogos, arquivistas, arquitetos, geógrafos, antropólogos, educadores, mas independentemente da área de atuação é indubitável que a educação patrimonial, a pesquisa e as políticas públicas precisam funcionar de forma conjunta e articulada para propiciar uma base sólida na formação destes e conseqüentemente na atuação desses profissionais da memória.

Portanto, a Educação Patrimonial, deve ser incluída nos currículos de ensino desde a educação básica até o ensino superior, esta fica compreendida em utilizar esses lugares de memória para o processo educativo e voltadas para a questão do patrimônio histórico-cultural, desde a realização de oficinas, visitas, aulas de campo para estudantes até a realização de pesquisas, cursos ou extensões que trabalhem a questão do conhecimento e da conservação sobre esses bens para os educadores ou para a comunidade geral, com objetivo de habilitar a preservação da memória histórica e seus produtos.

Nesse tocante, outro elemento fundamental para obter maior desenvoltura acerca do patrimônio e suas vertentes, é considerar de caráter essencial que a pesquisa sobre o campo patrimonial seja incentivada pela academia, sejam elas sobre novas perspectivas e problemáticas, ou sobre traduzir/revisar o trabalho já existente. As políticas públicas, no entanto, devem criar mecanismos para que esta educação e pesquisa sejam efetivadas e incentivadas através de projetos ou programas de investigação e preservação do patrimônio, para além desse espectro, é dever dessas políticas oficiais garantir o acesso democrático a todos da população, seja na questão legislativa ou no que compreende a sua acessibilidade e gestão. Essas políticas são necessárias quando percebe-se a fragilidade da teia entre lugar de memória e poder.

Portanto, compreende-se que Campina Grande ergue-se através de uma nova estrutura espacial, arquitetônica, econômica e social em grande medida pelo apogeu do “Ouro Branco”, e que tal memória não é devidamente compreendida pelos museus históricos da Cidade, assim como sua formação a partir inicialmente da exploração colonial e posteriormente através das mãos dos trabalhadores e trabalhadoras paraibanos. Cabe salientar que hoje (2024) a cidade conta com outros museus como o Museu de Artes Assis Chateaubriand, Museu “vivo” da Ciência e Tecnologia, Museu de Arte Popular da Paraíba e SESI Museu Digital, os dois últimos são os mais recentes e modernos vêm exercendo com afinco suas funções museais, servindo como ferramenta da educação, com visitas guiadas e exposições dinâmicas e rotativas ligadas a cultura regional, além de servir como espaço para sediar apresentações e eventos sociais e culturais. Mesmo que esses últimos venham a cumprir seu papel de forma mais efetiva (em partes, pois ambos apresentam problemas de gestão e também são alvos de críticas), não anula a necessidade de funcionamento e preservação apropriada dos demais museus da cidade.

Como um lugar que abrange diversos campos de atuação, possuir profissionais especializados é uma das exigências. Sendo assim, a capacitação de professores é um dos recursos que devem ser utilizados pelas ações educativas da educação patrimonial, tal aprofundamento irá proporcionar a elaboração de diversas sugestões de abordagem na temática educação/patrimônio/memória/cultura/história, ou elaboração de oficinas e excursões temáticas, que permitam mediar as problemáticas que abrangem a questão histórica com maior assertividade e seguridade.

Mas tal capacitação não é suficiente para cumprir o que se espera de uma educação patrimonial e a construção da memória histórica coerente, fica claro a contribuição das universidades seja

na configuração de seu currículo, ou ligadas a atividades de pesquisa, ensino e extensão, cabe também ao poder estatal e municipal zelar por tais instituições de memória da forma cautelosa, contando com profissionais especializados para cada setor e de acordo com suas demandas. Além de tais propostas, fica exposto que os prédios históricos (não somente os museus aqui analisados) merecem um projeto de restauração já que são parte da memória em sua forma material, os museus precisam ser revitalizados e seus acervos da mesma forma. A descrição dos artefatos e exposição dos acontecimentos deve ser tratada de forma imparcial, distanciando da forma personalista da narrativa, fica a sugestão de uma apresentação com recursos audiovisuais, sonoros e/ou tangíveis, como maquetes táteis. Entretanto, tais propostas devem ser cuidadosamente analisadas para que abrace a identidade cultural regional, colocando em evidência suas formas de construção mais díspares, seja na comida e seus modos de preparo, na linguagem, no artesanato, ou na escrita, incluindo as comunidades produtoras desses saberes. Em conclusão, fica em propositura um projeto de revitalização da memória dentro dos museus históricos de Campina, compreendido por profissionais e técnicos das áreas interdisciplinares, as Universidades, e as autoridades governamentais estatais e municipais, com a intenção de rever a construção da narrativa histórica a partir de uma e nova perspectiva crítica e inclusiva, buscando ampliar o espaço para vozes historicamente silenciadas, promovendo uma abordagem que valorize as diversas identidades e culturas que compõem o tecido social de Campina Grande. A iniciativa propõe, assim, uma reformulação dos discursos predominantes nos museus, permitindo que a história local seja contada de forma mais plural e acessível.

A História não deve ser entendida como um agrupamento de fatos sobre pontuais ou momentos considerados históricos, mas sim como o produto de um conjunto de determinantes presentes na sua formação. Ela é a permanência da escrita, é a face revelada na arquitetura de prédios e moradias com seus detalhes mais sublimes, é a música da época, está inscrita nas pinturas e esculturas que tentam expressar o cotidiano ou fazer denúncias a ele, ela é um modo de produzir, uma técnica; é registro, imagem, documento, e objeto. Ela também pode ser encontrada nas praças, nas ruas e nas feiras, ela é a configuração de memórias reconstruídas para atribuir sentido à vida presente, elaborando nela, o sentimento de pertencimento. É sobre saber ver, reconhecer, preservar e questionar o que se define como patrimônio histórico-cultural sem querer cristalizar o passado de uma forma tradicional e conservadora, mas enaltecendo a história com suas particularidades. Não há possibilidade de um futuro sem a salvaguarda daquilo que já foi, seja ele passado ou presente. Afinal a lembrança que a memória

traz à tona é aquilo que nos faz sorrir, nem que seja por alguns segundos, um cheiro, uma comida, uma estampa, um som, é o que conseguem fazer reviver no mais profundo esconderijo do subconsciente quem fomos, quem somos e onde estamos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: UNIRIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II: As Formas do Tempo e do Espaço**. Tradução de José L. C. de Araújo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BOL. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum. Patrimônio cultural e memória social: perspectivas teóricas e metodológicas**. Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

CABRAL FILHO, Severino. **A memória em disputa: o Museu do Algodão de Campina Grande-PB, 1973-2013**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 4, n. 11, 2014.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Museus: A Produção do Conhecimento, Investigação e Comunicação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 1996.

CHAGAS, Mário. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ESCOREL, Maria Amélia Arruda. **Museu histórico de Campina Grande: sua trajetória histórica e abordagem didática**. Monografia, UEPB, Campina Grande, 2004

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e Cidadania: Uma Proposta Alternativa para o Ensino de História. **Revista Brasileira de História**. S.Paulo, v.13, n.25-26, p. 265-276. set-1992 ago-1993.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil** . Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, Janice. **Da Educação do Público à Participação Cidadã: Sobre Ações Educativas e Patrimônio Cultural**. Mouseion, Canoas, 2014.

GOOGLE, INC. Google. Maps. Disponível em:
<http://code.google.com/apis/maps/documentation/directions/>. Acesso em: setembro de 2010

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

MACÊDO, Vanessa Costa de. **Museu Histórico em Campina Grande: ação político-cultural do patrimônio e da memória (1980-1983)**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fragmentos de Cultura, Goiânia:** Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio.v. 14, n. 9, p. 1595-1604, set. 2004.

QUEIROZ E SILVA, Keila; PONCE DE LEON, Giuseppe Roncalli. **Caminhadas pela cidade: Campina Grande sob diversos olhares:** O apogeu do comércio algodoeiro seus reflexos no espaço citadino de Campina Grande-PB. João Pessoa: Ideia, 2023.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris, 16 de novembro de 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-p.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/15164-PT-PDF.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.